

# SIPIA executa projetos pilotos com CT's

O SIPIA é o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência, que propõe a implantação e implementação de registro e tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seus mentores colocam-no, pois, como um instrumento para a ação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos nos níveis municipal, estadual e federal, bem como, para atuação do Executivo em cada um desses níveis.

A base do funcionamento do Sistema é o Conselho Tutelar, para o qual se dirigem de imediato as demandas sobre a violação ou o não atendimento aos direitos assegurados por dispositivos legais. Conheça mais sobre o SIPIA, com a seguinte entrevista concedida por sua coordenadora nacional, Silvia Arruda ao ECA em revista: em 12/02/98 na cidade de Mauá, São Paulo.

*ECA em revista - Quantos Conselhos estão envolvidos no projeto SIPIA.*

Silvia Arruda- Estamos em 10 Estados nos quais instalamos o núcleo de referência do SIPIA que é composto basicamente pela Secretaria da Criança e Similares, Assistência Social, têm Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares evidentemente. Pelos Conselhos Tutelares entram os dados no sistema que tem dois destinatários principais que são: Os conselhos deliberadores de políticas públicas e o Executivo, o Governo local através de sua Secretária específica que é executor das políticas públicas. Então nós temos o Ministério da Justiça que conveniou com esses 10 Estados tentando alavancar o sistema, fornecendo equipamentos e capacitação para os Conselhos Tutelares em cerca de 200 conselhos tutelares nesses 10 Estados. Estamos com 50 no Paraná, e temos agora uma perspectiva para esse ano de atuarmos em mais 12 Estados como meta. Queremos até julho/98 que esses Estados estejam interligados ao nível Municipal para o Estadual e do Estadual para o Federal, essa é a grande meta desse ano. No dia da criança de 1998 vai sair o primeiro relatório básico Brasil, que seria um relatório sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

*ECA em revista - Como vocês estão trabalhando hoje para estabelecer a comunicação com os Conselhos, dado às dificuldades dos conselhos tutelares que, por exemplo, muitos deles sequer possuem telefone?*

*ECA em revista*

Silvia Arruda- Veja, nós estamos implantando esse núcleo de referência do SIPIA em cada estado, exatamente descentralizando essa articulação, ou seja, cada estado se articula com seus municípios que por sua vez se articula com seus Conselhos Tutelares. Isso é válido também dos Estados com a instância Federal. A idéia é que a gente possa estabelecer isso que estou falando antes da ligação do sistema, porque hoje nós temos um projeto, um contrato com a PROCERIS, que é uma companhia de processamento de dados do Rio Grande do Sul, que está fazendo o projeto de desenvolvimento do SIPIA, o sistema informatizado. Essa Companhia de processamento de dados, interligará, digamos assim, os Conselhos Tutelares em todos os níveis, mas isso só estará pronto em julho/98.

*ECA em revista - E no Estado de São Paulo, quantos Conselhos vocês estão trabalhando?*

Silvia Arruda- Olha, São Paulo esteve presente desde de 1992 na formulação do sistema que é um projeto de construção coletiva, porque vários Municípios participaram de testes de elaboração dos formulários do SIPIA, São Paulo esteve desde o início, e depois nós retornamos o SIPIA com algumas organizações governamentais e não governamentais em alguns Municípios e finalmente, agora em 1997, ficou estabelecido, dada a dificuldade que a região metropolitana tem com suas crianças, que nós iríamos começar a implantar o SIPIA pelo ABC, pela região metropolitana, razão porque nós estamos com cerca de 12 ou 15 Conselhos Tutelares,

inicialmente, mas por exemplo, nós tivemos aqui o pessoal de Guarulhos e de outros Municípios que já estão com as máquinas adquiridas. Prá eles só fornecerem o software.

*ECA em revista - E qual a data prevista para o efetivo funcionamento do sistema?*

Silvia Arruda- É julho/98. Olha, nós temos identificado as dificuldades ao longo dessa caminhada, as dificuldades pelas quais estão passando os Conselhos Tutelares, seja na elaboração das Leis Municipais, seja na relação com os Conselhos, com os órgãos da justiça e com o próprio Executivo local pela falta de retaguarda. Então nós estamos encaminhando para o Ministério da Justiça, da SARS nacional, do IPEA, e do UNICEF, um documento ao CONANDA pedindo para que eles façam um grupo de especialistas pensarem mais concretamente formas operativas e sugerir ao conselheiro tutelar como sua função deve ser desempenhada, para que a gente possa estar tocando nas dificuldades de base que eles sentem e que ainda não estão previstas nem no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas que nós acreditamos no Conselho Tutelar não há dúvida, é por ele que este sistema vai funcionar, pela mão da própria comunidade.

*ECA em revista - E tem algum evento previsto por vocês para breve, dos Conselhos Tutelares?*

Silvia Arruda- Nós estamos saindo daqui para Minas Gerais, para Ceará e vamos agora viajar quase que semanalmente para engajar outros 12 Estados. ■

